

Os Jogos Femininos e a experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964)*

CLÁUDIA MARIA DE FARIAS**

Em 2 de agosto de 1949, o *Jornal dos Sports* anunciava a abertura das inscrições para os Jogos da Primavera:

“certame destinado a exaltar a prática dos desportos pela mulher, conclamando as iniciativas e oferecendo magníficas oportunidades às ‘estrelas’ para a jornada de graciosidade e apuro técnico (...) Lançado pelo JS tem o mérito de incentivar os desportos femininos que entre nós, não obstante os feitos assinalados, ainda não ostentam a ampla difusão que seria de desejar (...)” (JORNAL DOS SPORTS, 1949:3)

Na breve notícia, certas expressões usadas e pontos de vista, bem como a construção de alguns esquecimentos chamam a nossa atenção. Inicialmente, é nítida a preocupação em identificar o evento esportivo criado a uma “jornada de graciosidade” oferecida às “estrelas”, imagens idealizadas de feminilidade que nem de longe lembravam a performance das onze atletas brasileiras presentes, um ano antes, nas Olimpíadas de Londres, com destaque para a participação da primeira atleta negra nesta competição, Melânia Luz, corredora dos 200 metros, aos 20 anos.¹ Em seguida, a nota fazia a promoção do jornal ao destacar sua excelente iniciativa em corrigir uma “falha”, no tocante à pequena difusão dos desportos entre as mulheres, sem lembrar ao leitor que os Jogos Olímpicos de 1948 representavam, até então, a participação mais expressiva de brasileiras neste evento² apesar da proibição imposta, no Estado Novo, através do artigo 54, do Decreto-Lei de 14 de abril de 1941, onde se lia: “as mulheres não se permitirá a

* O trabalho é parte integrante da minha tese de doutorado, “Sonhos, lutas e conquistas: projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, 1932-1979, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

** Bolsista nota 10 da FAPERJ.

¹ A delegação olímpica feminina do Brasil em 1948 foi composta por 6 mulheres do atletismo e 5 da natação, totalizando 11 atletas, dentre as quais de destacava a segunda participação de Piedade Coutinho que, em 1936, nas Olimpíadas de Berlim, obteve o 5º lugar na final dos 100 m livre aos 15 anos, conforme Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004, p. 115-117.

² Em 1932, o Brasil contou com a participação pioneira e solitária da nadadora Maria Lenk, primeira mulher sul-americana em Olimpíadas. Quatro anos depois, nas Olimpíadas de Berlim, foram 6 atletas, cinco da natação feminina (com a segunda participação de Maria Lenk) e uma esgrimista. O número de 11 atletas brasileiras nas Olimpíadas de Londres, em 1948, somente foi ultrapassado nas Olimpíadas de Moscou, em 1980, quando a delegação brasileira foi composta por 15 mulheres, sendo 12 da equipe de vôlei, cf. Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. *Op. cit.*, p. 301-304

prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos (CND) – criado pelo mesmo decreto para orientar, fiscalizar e divulgar os esportes no Brasil – baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Logo depois, o general Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho subsídios para a elaboração de um documento que formalizou a interdição das mulheres a algumas modalidades esportivas, tais como as lutas, o futebol, boxe, salto com vara, salto triplo, decatlo, pentatlo, rugby, pólo e water-polo; outras modalidades do atletismo foram permitidas, desde que preservados certos limites.³

A ausência de tais informações na pequena nota veiculada pelo *Jornal dos Sports*, portanto, mostrava um descaso em relação à história de atletas brasileiras presentes em Jogos Olímpicos, tornando invisíveis suas lutas e conquistas diante dos constrangimentos, discriminações e interdições neste campo. Inclusive, “esquecia” de considerar o impacto negativo que teve o Decreto 3199 – vigente por mais de três décadas – para o amplo desenvolvimento do esporte feminino no Brasil⁴ “não obstante os feitos assinalados”, conforme ressaltava, contraditoriamente, o enunciado. A linguagem adotada e o discurso articulado pelo *JS*, certamente, nada tinham de desinteressados. Ao contrário, enalteciam sua iniciativa, apagando os vestígios da trajetória das mulheres nos esportes, relativamente recente no Brasil se considerarmos sua efetiva inserção, projeção e permanência num espaço social de possibilidades sempre limitadas.⁵ Com efeito, a notícia continha um velho recurso do jornal para consolidar seu prestígio e popularidade entre a população e autoridades públicas, obtidos com a “invenção de jargões, apelidos, concursos e competições inusitadas”, segundo MOREL e COTES (2009:6), diretamente vinculado à forma de atuar do dono e redator-chefe Mario Filho. Célebre por suas crônicas esportivas, criativas e dinâmicas, capazes de mobilizar paixões, angariar simpatias e cativar o público torcedor, o proprietário do *Jornal dos Sports* foi um dos intelectuais responsáveis por acelerar a

³ Cf. Ata da 4ª sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos, realizada em 2 de setembro de 1941 e publicada no Diário Oficial de 20 de setembro do mesmo ano. In: Ministério de Educação e Saúde. Anais do Conselho Nacional de Desportos, 1941 a 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 51.

⁴ O artigo 54, do Decreto Lei 3199, de 14 de abril de 1941, só foi revogado em 1979, durante o período de abertura política, sendo que o futebol feminino só foi reconhecido por lei em 1982.

⁵ Sobre a ausência e escassez de registros femininos, ver PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 17

popularização do futebol e defender sua profissionalização nos anos 1930 – vistos por ele como elementos fundamentais de integração nacional e democratização racial ao promover a inclusão dos negros brasileiros –, colaborando, de forma inequívoca, com a construção da ideologia estadonovista (HELAL e GORDON, 2001: 147-162).

Sem dúvida, o anúncio dos “Jogos Femininos” não era desprezioso. Para além do interesse de Mario Filho em restabelecer antigas relações de poder num outro contexto, a criação dos Jogos representava a tentativa de contornar o recente dilema criado pela institucionalização do artigo 54, do Decreto lei 3199. Neste sentido, como incentivar os desportos entre as mulheres, sem abalar a rígida fronteira interposta entre os sexos? Assim, a lógica simbólica que presidia a criação dos Jogos da Primavera apresentava o seguinte objetivo: seduzia e mobilizava as mulheres com a proposta de constituir um espaço destinado exclusivamente à prática esportiva feminina, apagando a memória das sanções existentes ao instituir um marco fundador neste campo. Afinal, a trajetória delas por esse terreno de “dominação masculina” se construiu lentamente, a partir de isoladas aparições públicas de mulheres em determinadas atividades esportivas, como no turfe, hipismo, remo e ciclismo, nas últimas décadas do século XIX.⁶ Durante o século XX, o processo se intensificou e, como veremos, foi permeado por avanços e recuos.

Entre os anos 1920 e 1930, a inserção feminina no campo esportivo se consolidou ao se apropriar de vários elementos presentes no discurso médico-eugênico, haja vista a preocupação de grande parte da intelectualidade brasileira com a construção de uma nova Nação, mais moderna e civilizada, função social delegada à família burguesa e, principalmente, à figura da mãe higiênica sadia, que deveria se engajar nas atividades físicas para, conseqüentemente, gerar e educar filhos fortes e altivos à Pátria. Assim, a possibilidade de “sair” (PERROT, 2005:279-316) do confinamento do espaço privado e obter reconhecimento público nos esportes se tornou realidade entre mulheres das classes mais abastadas da população brasileira. Inicialmente, muitas obtiveram projeção

⁶ Sobre o envolvimento das mulheres em diferentes modalidades esportivas nesta época, bem como na transição do século XIX para o século XX, ver respectivamente: MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul-dez de 2007, pp. 127-152 e MELO, Victor Andrade de. “Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX”. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 71-105.

social nas modalidades vistas como extensão das suas funções “naturais”, maternais e domésticas, identificadas pelo discurso dominante às supostas características do seu sexo: atenção, discrição, equilíbrio, paciência, elegância, graciosidade e sensibilidade. Surgiram, então, tenistas, nadadoras, esgrimistas, jogadoras de volêi e praticantes de hipismo, não por acaso esportes de origem elitista, onde os laços de identidade de classe, mesmo compartilhados entre homens nos clubes privados, eram mais determinantes (SCHPUN, 1999:53). Deve-se ressaltar que nestas modalidades os contatos físicos são minimizados ou intermediados por uma bola e roupas especiais, sendo considerados mais civilizados e, portanto, menos perigosos em relação às modalidades de força e resistência, associadas às práticas populares, como o atletismo, boxe e futebol, que tanto produziam a “masculinização” das formas e condutas do “belo sexo”, de acordo com pressupostos médicos em voga.

No entanto, com a conquista de direitos políticos e sociais,⁷ as mulheres buscaram ampliar sua participação no universo esportivo e o futebol feminino cresceu no subúrbio carioca em 1940, fenômeno retratado de perto pelo *Jornal dos Sports*, que frequentemente divulgava as ações das dirigentes e os jogos dos vários times criados, conforme atestava o título da reportagem: “As equipes femininas de football no estádio do Pacaembú! Casino de Realengo e S. C. Brasileiro embarcam quinta-feira para São Paulo” (JORNAL DOS SPORTS, 1940:6). A repercussão dos jogos causou verdadeira polêmica entre os setores conservadores da sociedade brasileira e a resposta do Estado Novo foi rápida e, não poderia deixar de ser, extremamente autoritária, traduzindo-se na imposição do artigo 54, do Decreto Lei n. 3199. Efetivada a interdição, as notícias veiculadas pelo *JS* sobre os jogos de futebol feminino cessam nos anos seguintes, impondo o silêncio sobre os rastros desta prática, muito embora isso não significasse a eliminação de sua sobrevivência, argumento que pode servir também para as praticantes das outras modalidades proibidas, muitas delas negras e pobres, o que nos leva a pensar nas múltiplas formas de exclusão articuladas, numa época onde a idéia de construção da identidade nacional pressupunha a negação das hierarquizações de gênero, classe e raça, entre outras.

⁷ Refiro-me aqui à conquista do voto em 1932 e à legislação social de amparo ao trabalho feminino produzida no período.

De posse destas informações, podemos agora compreender melhor o empenho do *Jornal dos Sports* em criar os Jogos da Primavera em 1949. Surgidos num contexto pós Segunda Guerra Mundial, no qual a luta pela afirmação das liberdades democráticas e a polarização ideológica entre partidários de direita e esquerda englobavam, inclusive, os interesses específicos do movimento feminista, a invenção de Mário Filho, provavelmente, permitia a “gestão de ressentimentos” (ANSART, 2004:28) entre atletas brasileiras. Ou seja, em tempos democráticos, as Olimpíadas Femininas atenuavam as indignações e enfraqueciam antigos ressentimentos, muitas vezes moderados em meio à legalização de fortes oposições ideológicas e ao surgimento de novas atletas no cenário esportivo nacional. Com efeito, a criação deste evento esportivo favorecia o recalque da agressividade ao proporcionar, em vez da exteriorização de sentimentos de exclusão, insatisfação e raiva vivenciados anteriormente, a experiência coletiva de auto-estima entre mulheres desportistas, ainda que sob o pressuposto da diferença sexual, ratificado através da manutenção do Decreto 3199 e, comumente, compartilhado por feministas, comunistas e desportistas das décadas de 1940 e 1950.⁸ Conforme ANSART (2004:28), “diferentemente dos regimes autoritários e absolutistas, o regime democrático possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, dar-lhes um certo direito de expressão, nos limites das leis, e favorecer a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões”. Ao mesmo tempo, a criação de uma olimpíada exclusivamente feminina, nos moldes eugênicos ditados pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), possivelmente, desfazia um antigo mal-estar gerado entre o *JS*, por ocasião da veiculação de notícias sobre o futebol feminino, e algumas autoridades públicas contrárias ao jogo, temerosas da crescente participação de mulheres num esporte que já era naquela altura expressão da identidade masculina e nacional. Desse modo, Mario Filho fazia desaparecer a memória de rusgas, tensões e conflitos vivenciados por elas anteriormente, restabelecendo não somente acordos políticos e relações mais amistosas

⁸ Não devemos esquecer a complexidade das experiências feministas contemporâneas. “Historicamente, as feministas reivindicaram tanto direitos iguais como direitos especiais, em nome quer da sua identidade com os homens, quer da sua diferença em relação a eles”. Somente no final dos anos 1960 e início dos 70, quando surge a segunda onda do feminismo, a luta por uma maior libertação das mulheres recrudescer, introduzindo, inclusive, a noção de diferença entre as próprias mulheres ao destacar as contradições por classe, raça/etnia, geração, sexualidade, etc, cf. ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. O século XX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, vol. 5, pp. 583-609

com membros do CND – em atividade e com as mesmas funções sob o regime democrático –, mas também uma ampla comunicação com as atletas que buscavam reconhecimento e visibilidade nos esportes permitidos por lei, reforçando sua coesão e adesão social aos Jogos da Primavera. Assim, sob uma aparente atmosfera de mudanças, as fronteiras de gênero, articuladas às diferenciações de classe, raça/etnia e geração, se atualizavam.

O objetivo de manter a hierarquização de gênero no espaço esportivo ficava mais explícito quando o *JS* anunciou o regulamento geral dos Jogos da Primavera:

“esteve reunida, ontem, na redação do jornal, a comissão organizadora dos jogos. Participaram da reunião os esportistas Alceu de Oliveira Castro, Alberto Curi e Rubem Cea. Os Jogos da Primavera constarão de competições desportivas adequadas ao sexo feminino (...) atletismo, basketball, ciclismo, esgrima, hipismo, natação, volley, tênis, tênis de mesa, golfe. Poderão concorrer clubes, instituições e outras organizações interessadas no desenvolvimento dos desportos cuja prática seja adequada à mulher”. (JORNAL DOS SPORTS, 949:3)

A notícia, portanto, confirmava as sanções impostas pelo artigo 54, do Decreto Lei de 3199, ao discriminar os esportes nos quais a participação feminina era considerada adequada. Feita a distinção, a organização dos Jogos apresentava outra função social: previa um concurso, realizado ao final da competição, onde seria escolhida a “Rainha dos Jogos da Primavera”. Assim, o *JS* conclamava clubes e educandários à indicarem e inscreverem suas candidatas no concurso: “um júri de artistas fará a escolha da ‘Rainha’, para o que também contribuirá a eficiência esportiva das candidatas” (JORNAL DOS SPORTS, 1949:3). Logo após, uma manchete estampada na primeira página do jornal, aguçava ainda mais a curiosidade do leitor: “serão adotadas as primeiras medidas para a escolha da ‘Rainha dos Jogos da Primavera’, objetivando distinguir e exaltar, num pleito de graciosidade e beleza, a mulher praticante de desportos”. Dois meses depois, anunciavam-se alguns critérios a serem priorizados pela comissão julgadora:

“a eleita será não só a mais bela e portadora de maiores dotes de graciosidade, como terá o mérito de se haver portado como atleta praticante, já que no cômputo geral irá influir a plástica, os traços fisionômicos, a eficiência técnica e até a disciplina de cada concorrente, embora com predominância da parte física, cujo peso de pontos irá ao máximo de 70% (...) Constituirão o júri pra a escolha da ‘Rainha’, os artistas Carlos Chambelland, Quirino Campofiorito e Georgina de Albuquerque, professores da Escola de Belas Artes; o escultor Humberto

Cizzo; os escritores Ana Amélia Carneiro e José Lins do Rego, além do cineasta Milton Rodrigues”.(JORNAL DOS SPORTS, 1949)

Veiculadas em doses homeopáticas, estratégia que aumentava a venda do jornal, as chamadas explicitavam, de antemão, os sentidos atribuídos ao concurso da Rainha dos Jogos e à própria competição esportiva através de vários aspectos. Estranhamente, num concurso onde eficiência técnica e esportiva eram quesitos importantes, o júri formado para escolher a Rainha dos Jogos não era representado por membros da comunidade esportiva. Em vez disso, sua composição básica apresentava professores da Escola de Belas Artes e um escultor, cujos tradicionais padrões estéticos já revelavam o peso dos quesitos referentes à forma, harmonia e beleza no julgamento das candidatas. Neste sentido, os Jogos da Primavera e o concurso da Rainha dos Jogos, eventos destacados como “pleitos de graciosidade e beleza”, contribuíam para reforçar simbolicamente o ideal predominante de feminilidade – associado à brancura da mulher burguesa – em detrimento da eficiência esportiva das candidatas. Com efeito, as comemorações em torno dos Jogos da Primavera e dos concorridos concursos realizados posteriormente, se vinculavam muito mais à divulgação e celebração das representações normativas de uma identidade feminina – e de ideais patrióticos –, do que à exaltação da performance esportiva das atletas nas competições. Não por acaso, para fixar esses sentidos e significados simbólicos, a culminância do evento ocorria com a escolha da “Rainha dos Jogos da Primavera”, espetáculo que coroava, tal qual os concursos de misses da época,⁹ a mais bela das atletas inscritas, a partir da avaliação de uma comissão julgadora, composta por artistas e professores da Escola de Belas Artes, que atribuía notas às concorrentes nos seguintes quesitos: *plástica e traços fisionômicos*, representando 70% dos pontos totais; *eficiência esportiva*, 20% dos pontos totais e *coeficiente de disciplina*, os 10% restantes (JORNAL DOS SPORTS, 1949:4). O peso tão desproporcional destes diferentes aspectos revelava, na verdade, uma arbitrariedade. Baseado nos moldes eugênicos, o julgamento acabava por eleger como Rainha dos Jogos, majoritariamente, as mulheres loiras, brancas e de olhos claros, conforme as fotos e os perfis biográficos das ganhadoras permitem mostrar. Dessa forma, os Jogos da Primavera e o concurso da Rainha dos Jogos atuavam como “lugares de memória”

⁹ Em 3 de agosto de 1952, o *Jornal dos Sports* anunciava a participação da Miss Brasil, Jussara Marques, como uma das integrantes da equipe do estado de Goiás nos Jogos da Primavera daquele ano, e a candidatura de sua irmã, Jurema, ao título de “Rainha dos Jogos da Primavera” de 1952.

(NORA, 1993:7-28) representando um “monumento à graça, beleza e civismo da juventude feminina” que inculcia, através de um poder simbólico (BOURDIEU, 2007:7-16) valores morais e padrões de comportamento burgueses às mulheres brasileiras.

Com o sucesso dos Jogos, o *Jornal dos Sports* começou a veicular um suplemento exclusivo dedicado ao evento, onde não faltavam entrevistas de autoridades públicas e das participantes sobre a importância desta “comemoração cívica para a demonstração das possibilidades do futuro da raça brasileira”. A criação do suplemento deixava claro como a construção destes acontecimentos pela imprensa ganhava forte adesão de homens e mulheres da sociedade. Lígia Lessa Bastos, vereadora da UDN, assim manifestou-se em relação aos Jogos:

“Como mulher moderna sou 100% pelo desenvolvimento dos desportos femininos e, portanto, uma constante admiradora daqueles que trabalham neste sentido. Como representante do povo, vejo nos Jogos da Primavera um largo passo no sentido da constituição de uma raça eugênica e sadia.”
(JORNAL DOS SPORTS, 1952:3)

Opinião compartilhada pelo seu colega, o vereador da UDN, Mario Martins: “nenhum país pode se desenvolver sob o ponto de vista eugênico de sua raça sem atentar, com objetividade, para o problema da sua juventude, através do esporte” (JORNAL DOS SPORTS, 1952:3). Assim, o ideal de aprimoramento racial através da prática da educação física e esportes, ansiosamente perseguido pela maior parte da intelectualidade brasileira durante a Primeira República e cujo ápice se deu no Estado Novo, se renovava e era delegado mais uma vez à brancura da mulher desportista, socialmente responsável pela divulgação da missão eugênica. Elucidativa do significado atribuído aos Jogos era a crônica escrita por Vargas Netto, um dos colaboradores do jornal e, naquele momento, presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND):

“Se Deus quiser, haverá hoje a inauguração dos Jogos da Primavera. O senhor Presidente da República honrará o ato com sua presença. Cerca de 5 mil moças desfilarão no estádio do Fluminense. Moças do Distrito Federal, do estado de Minas Gerais, de São Paulo e Rio Grande do Sul, levarão as suas bandeiras e insígnias, ritmando na graça das silhuetas e no garbo dos seus passos o entusiasmo e o idealismo das moças brasileiras. É o encontro do Brasil consigo mesmo, dando no presente uma demonstração de nossas possibilidades em próximo futuro. A raça do Brasil, através das esposas e das professoras de amanhã, mostra na graça juvenil das desportistas a base material do seu progresso (...) Poder-se-a conseguir os padrões regionais de nossa formação racial, os tipos que se vão fixando ou surgindo das combinações de raças ou famílias (...). Nessa perfilação de espécimes

humanas estará todo o Brasil representado e reunido (...).”(JORNAL DOS SPORTS, 1952:3)

A despeito dos sentidos construídos para os Jogos, divulgado como “um movimento, sem precedente, na história do desporto feminino”, não devemos subestimar a capacidade das mulheres de se apropriar do evento, segundo seus próprios interesses, nem tampouco a violência simbólica (BOURDIEU, 2003:47) engendrada com a adesão do dominado.¹⁰ Porém, sob um aparente consentimento, muitas vezes, se esconde a astúcia do contra-poder feminino (CHARTIER, 1995:41).¹¹ É necessário, pois, fugir de interpretações simplistas e dicotômicas, que ora destacam a vitimização das mulheres, ora enfatizam sua rebeldia. Entre estas oposições, existem nuances de comportamentos e ações. Com efeito, os Jogos da Primavera somente alcançaram grande aceitação porque correspondiam aos anseios das mulheres esportistas dos anos 1950 e 1960, de diversas camadas sociais, naquela altura, cerceadas pelas proibições impostas e com poucas perspectivas de construir uma trajetória significativa, uma vez que a prioridade deveria ser o casamento e a maternidade. Poucas foram as que conseguiram conjugar vida privada com viagens e treinamentos exaustivos, típicos do universo esportivo. Outras, possivelmente, abandonaram a possibilidade de uma carreira esportiva em função da pressão familiar ou do próprio desejo. Afinal, para obter excelentes performances e construir uma sólida trajetória, era preciso contrariar os padrões machistas vigentes e se dedicar arduamente. Assim, algumas atletas se casaram e tiveram filhos somente após abandonarem definitivamente os treinos, as viagens e competições, como foi o caso de Maria Lenk, Wanda dos Santos e Aída dos Santos.¹²

¹⁰ A violência simbólica se institui por intermédio da adesão do dominado, ou seja, é a forma incorporada da relação de dominação que faz esta ser vista como natural. Em outros termos: é quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (masculino e feminino, branco/negro, etc.), resultam da incorporação das classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto, cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 47.

¹¹ De acordo com Chartier, a incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Às vezes, ela constrói uma tática permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. Neste caso, mobiliza para os seus próprios fins, uma representação imposta – aceita, mas que se volta contra a ordem que a produziu. CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”. *Cadernos Pagu*,(4) 1995, p. 41.

¹² Sobre este assunto ver FARIAS, Cláudia Maria de. “Cem anos com barreiras”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007, p. 34-38. Acerca dos preconceitos de gênero sofridos por Maria Lenk nas Olimpíadas de 1932, ver FARIAS, Cláudia Maria de. “Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina”. *Estudos Históricos*, vol.22, n. 43, jan-jun de 2009, pp. 238-257.

No caso de Maria Esther Bueno, o casamento e a maternidade sequer foram mencionados nos seus perfis biográficos. Como em toda regra existe exceção, a veterana nadadora Piedade Coutinho, então com 27 anos, foi a primeira atleta que, em 1948, viajou com o marido e o filho para competir em sua penúltima Olimpíada. Um ano depois, ela conduziu o Pavilhão Nacional no desfile de abertura dos Jogos da Primavera.¹³ Talvez, por isso, a Olimpíada Feminina ganhava a adesão expressiva de muitas mulheres. A competição significava a possibilidade de sair do anonimato e buscar prestígio e reconhecimento público, conforme mostrava o exemplo de várias atletas olímpicas do Brasil, competidoras nos Jogos Femininos, como Piedade Coutinho e Aída dos Santos – esta última, participante de diversas edições dos Jogos nos anos 1960. Ou seja, o sucesso deste evento esportivo está diretamente ligado à formação de uma comunidade afetiva (HALBWACHS, 1990:33-36) sem a qual impossível seria a cristalização social de todo aquele ideário. Assim, se estabeleceu um amplo consenso social em torno das Olimpíadas Femininas, principalmente com mulheres da comunidade esportiva. Neste sentido, vale reproduzir o relato de Mary Dalva Proença, única mulher a integrar a delegação brasileira dos Jogos Olímpicos em 1956, realizados em Melbourne. A atleta do Fluminense Futebol Clube, na modalidade dos saltos ornamentais, filha de um fiscal da receita federal, quando indagada sobre a importância das Olimpíadas Femininas em sua vida, afirmou:

“o evento de Mário Filho marcou época em minha carreira esportiva: os Jogos da Primavera representaram mais do que um evento; foram o incentivo, a persistência e o aprimoramento da raça nacional para dias mais tranquilos, mais saudáveis e felizes. Mario Filho com essa iniciativa não só logrou dar às moças brasileiras momentos de lazer, como apaixonou a mocidade pelas competições esportivas”. (JORNAL DOS SPORTS, 1956:3)

Portanto, ao mesmo tempo em que este evento esportivo mascarava a estrutura binária da sociedade brasileira e ocultava a violência simbólica da dominação masculina, ele proporcionava, de forma paradoxal,¹⁴ a incorporação das mulheres no espaço esportivo, sendo taticamente utilizado por elas como bem simbólico para

¹³ Apud BOCCARDO, Ludmila Mourão. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF, 1998, p. 175 (Tese de Doutorado).

¹⁴ Para uma maior problematização acerca das ambigüidades manifestadas entre as mulheres, no tocante às noções de igualdade e diferença, ver SCOTT, J. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005, p.11-30

deslocar e/ou subverter a ordem das relações de gênero, mesmo que temporariamente. Com efeito, o esporte já desempenhava um papel relevante na emancipação das mulheres brasileiras, desde os anos 1920, a reboque do que acontecia em países europeus e, principalmente, nos EUA. Independente deste aspecto, não se pode negar que a relação entre gêneros é marcada pela desigualdade, por uma diferença hierárquica, apesar de comportar também tensões, negociações e variações que administram equilíbrios simbólicos, contratos e compromissos mais ou menos temporários, conforme diz PERROT (2000: 7-30).

Dessa forma, neste novo lugar de sociabilidade da mulher moderna, perpetuava-se uma identidade feminina vinculada aos padrões eugênicos de beleza, jovialidade e graça, segundo demonstram os quesitos de avaliação das candidatas à Rainha dos Jogos, bem como das competidoras que desfilavam nos Jogos carregando bandeiras e fazendo malabarismos, de forma ordenada. Em 17 de agosto de 1960, o *Jornal dos Sports* publicava o perfil de Sueli Chatreo, “linda representante da Associação Atlética Marco Esteves”, atestando que a competição de rainha se destacava e constituía outra atração, à parte dos Jogos. Ao descrever a candidata como “alta, loura, dona de belos olhos e reunindo as melhores virtudes e quesitos para o tradicional pleito”, a matéria já definia as características das prováveis ganhadoras do concurso e, sem dúvida, eliminava a indicação de concorrentes negras, incentivando, indiretamente, sua exclusão também como porta-bandeiras dos Estados, colégios e associações que se apresentavam no desfile de abertura dos Jogos, muito embora tais entidades não menosprezassem o aproveitamento de suas qualidades técnicas nas competições esportivas.

Ainda no mesmo ano, outro perfil feminino era construído no suplemento, com o título “Primavera também em casa!”. Nele, Daisy de Aquino Correa assim era descrita:

“linda da cabeça aos pés. Já com onze anos mostrava, em linhas perfeitas e suaves, que seria a futura Rainha dos Jogos da Primavera (...) Aos treze anos, ganhava medalhas e medalhas. Competia nos jogos infantis e nos Jogos da Primavera, na natação, no atletismo e vôlei. Sua maior emoção foi quando foi eleita rainha dos Jogos, com apenas 14 anos”.(JORNAL DOS SPORTS, 1960:5)

Em seguida, o redator da reportagem narra o ciúme do namorado de Daisy, Paulo Cochrane, relacionamento amoroso que começou na piscina do Fluminense Futebol Clube:

“Paulinho achava que Daisy não devia desfilar nos Jogos da Primavera, era excesso de beleza para todo mundo ver. Daisy não atendeu ao pedido dele,

ou melhor, entrou num acordo. Desfilaria e Paulinho ficaria de repórter fotográfico na pista. Foi assim em 57 e 58. Em 1959, porém, ficou noiva quando completou 18 anos. Não desfilou mais e estudava menos. Até que em junho deste ano, estando no 3º ano clássico, pediu ao pai: - 'Deixa eu sair do colégio e casar logo'".

Por fim, a matéria registrava a união conjugal dos protagonistas dessa história, quando Daisy atingiu a maioridade e obteve o consentimento do pai, não sem antes destacar sua astúcia para driblar o ciúme do namorado e continuar participando dos Jogos até que assim desejasse. Dessa forma, o perfil construído para a jovem atleta e Rainha dos Jogos da Primavera permite, ao mesmo tempo, vislumbrar os valores e padrões de comportamento da classe média dos anos dourados, referentes às relações de gênero, mas também a possibilidade de acordos e deslocamentos provisórios. Não obstante o progresso da condição feminina, relativo à educação e lazer, a permanência da rígida moral sexual era nítida. Ser esposa, mãe e dona de casa fazia parte das escolhas realizadas por muitas mulheres, influenciadas pelo peso dado ao casamento convencional. Evidentemente, várias mulheres foram além e priorizaram suas carreiras esportivas, outras nem sequer casaram. Algumas conseguiram, não sem muitas dificuldades, conciliar as duas atividades. Mesmo assim, seria necessário aguardar os ventos mais libertadores da segunda fase do movimento feminista - quando a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, cujo lema era “nosso corpo nos pertence”, marcou o final dos anos 1960 e 1970 –, para dar prosseguimento às reivindicações e conquistas anteriores.

Com efeito, devemos sempre levar em conta as relações de poder estabelecidas em determinados contextos históricos, fundamentais para que os agentes possam vislumbrar possibilidades e horizontes sociais, fazendo valer suas táticas (CERTEAU, 2008). Neste sentido, após buscarem ampliar sua atuação no espaço esportivo e serem reprimidas no Estado Novo, os Jogos da Primavera representaram um canal de expressão legítimo para muitas mulheres desportistas, ainda que significasse o exercício de uma relativa liberdade. Caso contrário, como explicar a presença de 100 mil pessoas no estádio Maracanã na abertura dos Jogos da Primavera em 1963, anunciada em 23 de setembro na primeira página do *Jornal dos Sports*? Certamente, as Olimpíadas Femininas não representaram o fim da hierarquização de gênero, nem tampouco proporcionaram o acesso indiscriminado das mulheres aos esportes. Porém, contribuíram para aumentar sua participação no espaço público e ampliar suas

expectativas sociais, deslocando e, às vezes, subvertendo a ordem das relações de gênero, sob uma paradoxal atmosfera de consentimento.

Referências bibliográficas

BOCCARDO, Ludmila Mourão. *Representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Física/UGF, 1998. (Tese de Doutorado).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008, vol. 1

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*,(4) 1995

Comitê Olímpico Brasileiro. *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004

ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. O século XX. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, vol. 5.

FARIAS, Cláudia Maria de. Cem anos com barreiras. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, julho de 2007

_____. Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina. *Estudos Históricos*, vol.22, n. 43, jan-jun de 2009

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990

HELAL, Ronaldo e César Gordon. “A Pátria de chuteiras e a identidade nacional”. In: VOTRE, Sebastião (org.). *Imaginário e representações sociais em educação Física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001

MELO, Victor Andrade de. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul-dez de 2007

_____. “Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX”. In: PRIORE, Mary Del e MELO, Victor Andrade de (orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009

Ministério de Educação e Saúde. *Anais do Conselho Nacional de Desportos, 1941 a 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005

PERROT, Michelle; FARGE, Arlette et al.(orgs.). A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Revista *Gênero – Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, v.2, n.1, Niterói: EDUFF, 2000

SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, vol. 13, n.1, 2005.

Fontes

Jornal dos Sports, suplemento ‘revista cor de rosa’, 16/10/1960

“Mary Dalva Proença e os Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, 05/09/1956

“A crônica de Vargas Netto”, *Jornal dos Sports*, 13/09/1952

“O legislativo da cidade e os Jogos da Primavera”, *Jornal dos Sports*, 9/08/1952

Jornal dos Sports, 14/05/1940

Jornal dos Sports, 8/09/1949

Jornal dos Sports, 30/10/1949

Jornal dos Sports, 16/11/1949

Jornal dos Sports, 17/11/1949